

CARTA À POPULAÇÃO

GOVERNADOR TIRA VERBAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

••• USP EM GREVE •••

Todo político diz que educação é prioridade número um. Mas no Estado de São Paulo, uma intensa propaganda do governo Alckmin utilizando a expansão do Ensino Superior Público escamoteia uma realidade cruel. Realidade esta traduzida não somente pelas perdas salariais de mais de 70% no Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas FATECs e Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), mas também por salas de aulas superlotadas em vários institutos e faculdades da USP, em conseqüência da redução do número de professores e funcionários técnico-administrativo.

Em âmbito estadual, o orçamento da Educação Pública é definido anualmente pela Assembléia Legislativa (Alesp). O primeiro passo para que isso ocorra é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina percentuais para áreas prioritárias, como saúde e educação. A LDO é discutida na Alesp no primeiro semestre de cada ano. Depois, no segundo semestre, a Lei Orçamentária (LO) especifica os valores que serão destinados a cada um dos órgãos públicos no ano seguinte. A LDO 2006 foi aprovada pela Alesp em 7/7/2005. Após longos anos sem um tostão a mais para a educação, os recursos para esse setor, essencial para qualquer sociedade, foram ampliados.

- Os recursos destinados à educação pública passaram de 30% para 31% do orçamento do Estado, incluindo o aumento do percentual repassado à USP, Unesp e Unicamp de 9,57% para 10%,
- Pela primeira vez, garantiu-se um repasse para o Ceeteps, de 1% do ICMS.

O aumento de recursos para a Educação possibilitaria a melhora dos níveis de atendimento aos estudantes nos níveis básico e superior. Mas o **governador Geraldo Alckmin vetou esse aumento de recursos previsto na LDO 2006**. Em resposta ao ato do governador, os funcionários e estudantes da USP deliberaram por **greve** a partir de 25/8, e os professores a partir de 26/8, para manifestar, de maneira clara e inequívoca, a profunda insatisfação com esta ação autoritária do governador. A história comprova que sem destinação vinculada de recursos para a Educação e Saúde é impossível obter a implantação, a permanência e a manutenção de políticas nestes setores que poderão transformar as condições de vida da população.

No último dia 16/8, houve uma paralisação nas universidades públicas paulistas e Ceeteps para acompanhar a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp que votou contrária ao veto do governador. É preciso deixar claro que estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos da Educação Superior Pública de São Paulo **NÃO** deixarão que o desmonte continue a caminhar sem limites! Nestes próximos dias toda a disposição deverá ser reunida, pois, apesar da total falta de compromisso do governador com a Educação, há chance dos deputados da Alesp reverterem o veto do governador! E para isto é preciso pautar o veto na Casa do Povo (Alesp) e obter 48 votos contrários ao veto, de um total de 94 deputados. **Quando a LDO foi aprovada, todos os parlamentares presentes no plenário da Alesp votaram a favor da ampliação de recursos para a educação pública.**

Convidamos a todos a participar do Ato em Defesa dos Serviços Públicos e pela Reversão do Veto do Governador a ser realizado em 26/8, no vão do MASP, 10-12h.

Cronograma de atividades:

29/8 – 14h – **Debate sobre o Financiamento da Educação** (Convidados: lideranças das bancadas da ALESP, reitor da USP, representantes dos sindicatos e DCE USP), Anfiteatro Abrahão de Moraes, Instituto de Física, USP.

30/8 – 9h – **Debate com o presidente da ALESP**, Deputado Rodrigo Garcia, plenário Teotônio Vilela, ALESP, seguido de Ato na ALESP.



São Paulo, 25/8/05

ADUSP (Associação dos Docentes da USP)
SINTUSP (Sindicato dos Funcionários da USP)
DCE (Diretório Central dos Estudantes da USP)